



A relação corpo-alma na *Metafísica Alemã* (1720) de Christian Wolff

The body-soul relationship in Christian Wolff's German Metaphysics (1720)

Saulo de Freitas Araujo
Thiago Constâncio Ribeiro Pereira
Universidade Federal de Juiz de Fora
Brasil

Resumo

O pensamento psicológico de Christian Wolff constitui uma das mais significativas referências para o desenvolvimento conceitual e metodológico da psicologia a partir do século XVIII. Contudo, Wolff vem sendo ignorado na literatura psicológica, sobretudo no caso brasileiro. O objetivo do presente trabalho é apresentar a relação corpo-alma em seu pensamento psicológico, a partir da análise de seu primeiro tratado metafísico sistemático: a *Metafísica Alemã* (1720). É discutido, primeiramente, o lugar da questão em seu sistema, considerando dois níveis de análise: o empírico e o racional. Segue-se apresentando as três teorias ali discutidas: o influxo natural, a intervenção imediata de Deus e a harmonia pré-estabelecida. Por fim, é feita uma análise de algumas relações entre esta última e o sistema wolffiano.

Palavras-chave: Christian Wolff; problema corpo-alma; história da psicologia.

Abstract

The psychological thought of Christian Wolff is one of the most important references in the conceptual and methodological development of psychology from the 18th century on. Nevertheless, Wolff has been ignored in the psychological literature, especially in Brazil. This paper intends to present the body-soul relationship in his psychological thought by analyzing his first systematic metaphysical treatise: the *German Metaphysics* (1720). First, the place of the topic in his system is discussed, taking into account two levels of analysis: empirical and rational. Then, the evaluation of Wolff of three theories (natural influx, God's immediate intervention and pre-established harmony) is presented. Finally, the relationship between his system and pre-established harmony is analyzed.

Keywords: Christian Wolff; body-soul problem; history of psychology.

Introdução

Christian Wolff (1679-1754) é devidamente reconhecido como um dos principais pensadores alemães do século XVIII (1). Em um período de pleno crescimento do Iluminismo alemão, Wolff foi amplamente reverenciado não somente por intelectuais, mas também por outros segmentos da sociedade, na medida em que seu pensamento abrangeu tanto a filosofia quanto a vida pública alemã, tornando-o uma figura bastante popular. Suas obras foram divulgadas e comentadas em numerosos jornais da época, e seu sistema de filosofia tornou-se a base para o currículo filosófico das universidades alemãs enquanto ele ainda era vivo, espalhando sua influência em diferentes direções pelas décadas seguintes. No que se refere à psicologia, sua importância não é menor. Além de ter estabelecido grande parte do vocabulário psicológico até atualmente utilizado, Wolff desenvolveu o primeiro programa sistemático de investigação psicológica, dando a ele um lugar de destaque entre as demais disciplinas da filosofia e, não menos relevante, estabelecendo a distinção entre psicologia racional e psicologia empírica (Blackwell, 1961; Corr, 1975; École, 1966, 1969; Goubet, 2003; Richards, 1980; Vidal, 2000).

No pensamento psicológico de Wolff está a origem de alguns dos principais conteúdos da psicologia, como a noção de *faculdades da alma* (ou da mente, em termos



contemporâneos), a possibilidade de uma *psicométria* e a *introspecção* como método de investigação psicológica. Além disso, a psicologia wolffiana fundamenta e organiza de forma original assuntos psicológicos da tradição filosófica, tais como a imortalidade e liberdade da alma. Neste contexto, Wolff confere lugar de destaque a um dos mais caros assuntos do conhecimento psicológico da tradição: a relação corpo-alma. Se não podemos afirmar que Wolff apresentou uma explicação definitiva para tal relação, ou mesmo que formulou uma teoria própria, o pensador tem aí um lugar de importância em função de ter sido um dos primeiros que, no século XVIII, reuniu e avaliou sob um critério único o que considerava serem as mais significativas teorias explicativas para a relação corpo-alma, fixando uma concepção original e significativamente influente. Na medida em que atualmente o assunto ainda constitui palco para disputas em diversas áreas do conhecimento (como a Neurociência, a Física, a Computação, etc.), consideramos instrutivo o estudo dessa que é uma das mais importantes apropriações da relação corpo-alma na história da psicologia.

Em que pese, porém, a importância de Wolff, seu pensamento vem sendo pouco considerado na historiografia da psicologia. Alguns dos principais manuais de história da psicologia sequer chegam a citar o pensador (e.g., Goodwin, 2005; Hothersall, 2006; Reuchlin, 1959; Schultz & Schultz, 2009), ou, quando o fazem, apresentam visões superficiais, se não equivocadas a seu respeito (e.g., Brett, 1963; Boring, 1950; Klemm, 1919; Mueller, 1978; Wertheimer, 1976). No que se refere, especificamente, à literatura em língua portuguesa, a situação não é menos problemática. Com exceção do recente trabalho de Araujo (no prelo), não há nenhuma discussão mais sistemática sobre o seu papel na constituição da psicologia científica – estudos como o de Schwaigner (2000) e Vidal (2005) limitam-se a uma apresentação superficial, ainda que fidedigna, dos aspectos gerais do pensamento wolffiano. Tudo isso aponta para a existência de uma lacuna significativa na compreensão do desenvolvimento histórico da psicologia.

O presente estudo tem como objetivo apresentar a discussão acerca da relação corpo-alma no pensamento psicológico de Wolff. Para tanto, buscaremos, primeiramente, identificar o seu lugar no sistema wolffiano, focalizando seu pensamento psicológico e a sua divisão da psicologia. Seguiremos apresentando as teorias acerca da relação corpo-alma consideradas por Wolff, assim como sua avaliação de cada uma delas. Analisaremos, ao final, algumas relações da teoria aceita por Wolff com seu sistema em geral, tanto no que diz respeito ao lugar que ela ali ocupa quanto aos problemas que decorrem de sua aceitação.

Esperamos que o presente trabalho possa contribuir para a abertura de um novo campo de investigações na historiografia da psicologia no Brasil e nos demais países de língua portuguesa, resultando na formação de uma literatura específica sobre o assunto.

Para alcançar os objetivos mencionados, foram analisadas, além da literatura secundária, duas obras fundamentais de Wolff: *Pensamentos Racionais Acerca de Deus, do Mundo, da Alma Humana, Assim Como de Todas as Coisas em Geral* – mais conhecida como *Metafísica Alemã* (1720/1983) – e o *Discurso Preliminar Sobre a Filosofia em Geral* (1728/2006).

Quanto à *Metafísica Alemã* (1720/1983), que constitui a principal referência para nossa exposição, deve-se dizer que contém de um modo sucinto a metafísica wolffiana completa, organizada de forma que cada um dos capítulos corresponde a uma de suas partes, detalhadas posteriormente em suas obras latinas. Estas últimas, elaboradas para a comunidade científica internacional (numa época em que era o latim a língua universal), são mais pormenorizadas e, consequentemente, mais volumosas, mas sem acréscimos essenciais ao sistema (Ruiz, 2000).

O *Discurso Preliminar Sobre Filosofia em Geral* (1728/1963) consiste numa introdução geral aos tratados latinos, contendo uma clara apresentação da teoria wolffiana da divisão e do método das ciências.



1 - O lugar da relação corpo-alma no pensamento de Wolff

A relação corpo-alma é como que o centro em torno do qual orbitam diversos assuntos importantes da filosofia de Wolff. As relações entre sensação e intelecção, a natureza da causalidade, a existência de Deus e a natureza do homem e do mundo são alguns exemplos. Ainda que consideremos somente seu pensamento psicológico, assuntos como a imortalidade e a liberdade da alma estão ali agregados. Cada um desses assuntos constituiria um vasto tema de trabalho. Precisamente por este motivo eles não serão aqui tratados, de forma que vamos nos restringir à questão da relação corpo-alma. Entretanto, mesmo este recorte não é suficiente, pois o tema surge no pensamento psicológico de Wolff em diversos momentos e em planos distintos. Propomos aqui sintetizar estes planos em dois níveis: empírico e racional. Este último constitui propriamente nosso objeto de estudo, ao qual dedicaremos a maior parte de nossas considerações. Contudo, antes de alcançá-lo, devemos esclarecer em quê consiste tal sistematização, o que torna necessária uma incursão na distinção wolffiana entre psicologia empírica e psicologia racional, após a qual poderemos nos dedicar com maior segurança ao mapeamento da relação corpo-alma.

1.1 - A divisão wolffiana da Psicologia

A noção wolffiana de psicologia deriva naturalmente de sua definição de filosofia: "A filosofia é a ciência dos possíveis na medida em que podem ser" (Wolff, 1728/2006, p. 19). Assim, "na medida em que a psicologia é aquela parte da filosofia que trata da alma, ela é a ciência das coisas que são possíveis através da alma humana" (p. 39). Está demarcado, nesta definição geral, o campo de investigação da disciplina psicológica. Contudo, contradizendo a imagem por vezes difundida de um Wolff "dogmático", no sentido de alguém dedicado à dedução apriorística de seu sistema a partir de definições arbitrárias e vazias, encontra-se que todas as disciplinas do sistema wolffiano contêm, além de uma parte racional, uma empírica, que fornece os princípios e verifica as proposições da primeira. Assim, diz Wolff (1728/2006):

esses princípios tão importantes [da psicologia] devem ser derivados da experiência (§ 34) e, assim como na física experimental (§ 110), devem ser arranjados em seqüência, de maneira que a razão de princípios subsequentes possa ser descoberta em princípios anteriores. Por essa razão, nós criamos uma parte da filosofia, chamada de psicologia empírica, na qual a experiência estabelece os princípios a partir dos quais a razão pode ser dada para as coisas que podem ocorrer através da alma humana. Assim, eu defino a psicologia empírica como a ciência que estabelece através da experiência os princípios a partir dos quais a razão é dada para aquelas coisas que ocorrem na alma humana (p. 64)

No entanto, a psicologia empírica precisa ser complementada por um outro nível de investigação, que envolve um procedimento diferente, a saber, a dedução lógica a partir de definições e princípios:

Para distinguir a psicologia empírica daquela parte da filosofia que nós definimos acima (§ 58) sob o nome de psicologia, vamos agora designar a última como psicologia racional. (...) Na psicologia racional, nós derivamos a priori de um conceito único de alma humana todas as coisas que são observadas a posteriori como pertencentes à alma e todas as coisas que são deduzidas dessas observações (Wolff, 1728/2006, p. 65).



Notamos, portanto, que a distinção das disciplinas se dá, sobretudo, no plano metodológico. Na psicologia empírica, cuja função é estabelecer princípios absolutamente certos relativos à experiência, aos quais as proposições da psicologia racional devem aplicadas e corroboradas, o conhecimento se dá tanto pela *experiência comum* (na qual as mudanças da alma se dão por si mesmas) quanto pelo *experimento* (no qual se chega aos fatos da alma através da nossa própria intervenção arbitrária) (Wolff, 1720/1983, p. 181). Já a psicologia racional procede *a priori* e dedutivamente, demonstrando em quê consiste a essência da alma e como se fundamenta nela o que foi indicado na psicologia empírica.

A literatura secundária aponta outras questões relativas à divisão wolffiana da psicologia bastante relevantes para vários dos atuais debates do campo da psicologia, tais como: o lugar da psicologia empírica (e.g., Corr, 1975), o papel da razão nas disciplinas psicológicas (e.g., École, 1969), o papel dos juízos intuitivos na articulação das disciplinas (e.g., Blackwell, 1961), suas inter-relações com as demais ciências (e.g., Blackwell, 1963; Ruiz, 2000), as especificidades da psicologia empírica (e.g., École, 1966; Richards, 1980; Vidal, 2000) e da psicologia racional (e.g., École, 1969; Richards, 1980). Contudo, na medida em que nosso assunto não é propriamente a divisão wolffiana da psicologia, julgamos nossa apresentação suficiente para mapear a relação corpo-alma.

1.2 - O nível empírico da relação corpo-alma

A experiência comum testemunha constantemente a existência de uma harmonia entre as mudanças ocorridas no corpo e aquelas ocorridas na alma, isto é, às mudanças ocorridas no corpo em função de sua relação direta com o mundo material através dos órgãos dos sentidos sucedem pensamentos na alma que lhes correspondem, assim como às vontades surgidas na alma sucedem movimentos no corpo. Este reconhecimento não carece de qualquer reflexão racional, mas tão somente da pura atenção aos fatos da experiência e, assim, constitui uma evidência segura da existência de uma relação entre o corpo e a alma. A psicologia empírica fornece abundantes circunstâncias nas quais esta relação é inquestionavelmente percebida. Na medida em que esta parte da psicologia limita-se à análise dos fatos da experiência alcançados pela pura observação, nada ali é falado acerca da razão desta relação. Logo, a relação está ali limitada ao nível empírico. Nas palavras de Wolff (1720/1983): “aqui devemos mencionar apenas o que percebemos da sintonia de nossos pensamentos com certas mudanças do corpo e, por outro lado, da sintonia de certos movimentos do corpo com certos pensamentos da alma” (p. 323).

Essa advertência metodológica tem um papel fundamental, na medida em que nos chama a atenção para um equívoco comum em nossas investigações, a saber, a mistura de fatos reais com nossos preconceitos, fantasias, hábitos mentais, etc. É exatamente este esforço constante de atentar apenas para o que está dado na experiência que garantiria única base segura possível para a psicologia. Caso contrário, estaremos confundindo fatos com inferências, como nos lembra o próprio Wolff (1720/1983):

De forma alguma experimentamos (...) o efeito do corpo na alma. Pois, se assim fosse, deveríamos ter dele um conceito, se não distinto, ao menos claro (§ 325). Mas quem quer que tenha prestado a devida atenção em si mesmo notará que de semelhante efeito não possui o mínimo conceito. Por isso, não podemos dizer que o efeito do corpo na alma esteja fundamentado na experiência. Quem deseja falar com exatidão, não pode atribuir à experiência nada mais que a ocorrência simultânea de duas coisas. Mas não se pode inferir daí que uma seja causa ou proceda da outra (p. 324).

O mesmo vale para a afirmação freqüente da existência de uma união entre corpo e alma, derivada daquela sintonia acima referida. Até que se tenha clareza de como é



possível esta sintonia, não se pode explicar também em quê consiste a assim chamada união da alma com o corpo (Wolff, 1720/1983, p. 328).

Não é somente na psicologia empírica, contudo, que Wolff trata da relação corpo-alma no nível empírico. Também na psicologia racional são discutidos fatos da experiência que atestam a relação entre corpo e alma, embora ali esta discussão atenda não somente à apresentação dos fatos, mas à sua explicação. Quer dizer, na justificação de suas deduções racionais, Wolff (1970/1983) retoma os fatos da experiência, demonstrando como não há ali qualquer contradição entre suas deduções e a experiência. Wolff lança mão aí de uma complexa sistematização das operações do corpo e da alma, agora fundamentada racionalmente.

Cabe notar que, apesar de parte da discussão acerca da relação corpo-alma apresentada na psicologia racional pertencer ao que aqui propomos compreender como o nível empírico da relação, não há aqui qualquer contradição no que diz respeito à organização do sistema de Wolff, nem tampouco em relação à nossa sistematização. Como vimos anteriormente, a experiência serve tanto como fonte de princípios seguros quanto como critério de verificação das demonstrações racionais, estando, pois, ambas as funções contempladas no nível empírico da relação corpo-alma.

1.3 - O nível racional da relação corpo-alma

Como esperado, o nível racional da relação corpo-alma se encontra todo na psicologia racional, local onde será dado o fundamento ou razão para os fatos observados na experiência. Aqui toda a discussão é de caráter teórico, puramente filosófico. A razão para a sintonia entre corpo e alma, contudo, não é encontrada de forma imediata a partir da simples reflexão sobre os dados da experiência, como ocorre em outros casos. As razões que dizem respeito tão somente ou aos fatos da alma ou aos do corpo não explicam nada para além de um ou de outro, e, por isso, são alcançadas pela simples reflexão acerca da experiência em questão. No entanto, a razão aqui buscada diz respeito precisamente à *relação* da alma com o corpo, ou seja, à interação de dois seres de naturezas distintas, o que complica significativamente a questão. Esta dificuldade acarreta, no pensamento de Wolff, uma mudança no plano de análise, que será discutido a seguir.

No *Discurso Preliminar*, Wolff esclarece pormenorizadamente o seu método filosófico. Este, que segue as mesmas regras do método matemático (Wolff, 1728/2006, pp. 84-85), determina que somente termos suficientemente explicados, princípios suficientemente provados e proposições devidamente deduzidas destes princípios podem ser aceitos. Contudo, existem idéias que não podem ser demonstradas, mas que são de grande utilidade para o progresso do conhecimento. Para este tipo especial de conhecimento, Wolff reservou um conceito preciso: "coisas que são assumidas em filosofia porque fornecem a razão para certo fenômeno, ainda que não se possa demonstrar que elas contêm a razão verdadeira, constituem uma *hipótese filosófica*" (p. 75, grifo nosso).

Para justificar o uso de tais hipóteses, ele recorre à estratégia de apostar no progresso futuro do conhecimento humano. Em outras palavras, as hipóteses são respostas temporárias, mas que devem ser testadas e confirmadas posteriormente:

Na filosofia deve haver espaço para hipóteses filosóficas, na medida em que elas preparam o caminho para a descoberta da verdade pura. (...) Eu penso que na filosofia não faremos mal se imitarmos os astrônomos, quando nos deparamos com casos em que o fundamento para a investigação da verdade é estabelecido através de hipótese (Wolff, 1728/2006, pp. 75-76, grifo no original).

Contudo, há limites claros para a admissão de hipóteses na filosofia: elas não poderão contradizer os dados da experiência, não poderão contradizer princípios estabelecidos e não poderão ser utilizadas como princípios nas demonstrações de dogmas (Wolff,



1728/2006, pp. 75-77). Aplicando estes critérios à questão da relação corpo-alma, afirma:

Por exemplo, embora a hipótese de Leibniz sobre a relação entre corpo e espírito supere outras concorrentes, ela não será utilizada por nós em demonstrações no campo da moral e da política. Com isso, evitamos que verdades importantes, que possuem um extraordinário valor para a vida prática, sejam deixadas flutuando sobre um mar de incertezas. Mas quando o filósofo explica através daquela hipótese apenas o que pertence à relação existente entre corpo e espírito, ele a insere exatamente no lugar que nós reivindicamos para as hipóteses filosóficas (Wolff, 1728/2006, p. 77).

A passagem acima é bastante reveladora, pois indica o plano epistêmico em que se encontra a discussão racional sobre a relação corpo-alma no pensamento de Wolff, a saber, das hipóteses filosóficas. Portanto, a avaliação das diferentes teorias sobre a relação basear-se-á nos critérios estabelecidos para a aceitação de uma hipótese filosófica, ou seja, elas serão aceitas ou rechaçadas de acordo com seu grau de concordância com a experiência e com os princípios já estabelecidos. Quanto à exigência de não serem utilizadas na fundamentação de dogmas, esta constitui uma orientação para o uso mais do que para a aceitação de hipóteses.

Os critérios de avaliação das teorias determinam que, em relação à experiência, elas não poderão contradizer os fatos que testemunham a favor da sintonia entre corpo e alma, nem qualquer outro fato estabelecido na psicologia empírica. Já em relação aos princípios, estes não poderão negar que a essência da alma e, simultaneamente, sua natureza, consiste em sua força de "representar-se o mundo segundo a posição de seu corpo no mesmo" (Wolff, 1720/1983, p. 468), tampouco que todo o mutável na alma deve encontrar aí seu fundamento último. Evidentemente, na medida em que as teorias dizem respeito à relação da alma com o corpo, todos os princípios estabelecidos na cosmologia deverão ser igualmente respeitados, assim como, de forma geral, os da ontologia (que dizem respeito aos seres em geral) e da lógica (que dizem respeito a todo o conhecimento).

Cabe notar, no entanto, que na *Metafísica Alemã*, diferentemente do *Discurso Preliminar*, Wolff não faz qualquer alusão direta ao caráter hipotético das teorias que analisa, nem sequer ao nível das hipóteses filosóficas em geral. Contudo, na medida em que esta concepção é indicada no *Discurso Preliminar*, é reconhecida pela literatura secundária (e.g., Blackwell, 1961; Corr, 1975; École, 1969; Ruiz 2000) e não conflita com a discussão presente na *Metafísica Alemã*, resolvemos mantê-la no presente estudo.

Enfim, tendo reconhecido aquilo que fundamenta a discussão de Wolff acerca das teorias da relação corpo-alma, devemos agora iniciar a sua apresentação propriamente dita.

2 - As teorias da relação corpo-alma

Wolff reconhece que a dificuldade em explicar a relação corpo-alma levou inúmeros filósofos a proporem teorias. Dentre as várias existentes, contudo, há três consideradas por ele como as mais importantes: a do *influxo natural*, a da *intervenção imediata de Deus* e a da *harmonia pré-estabelecida*. Blackwell (1961) observa acertadamente que, devido à sua concepção da alma como um ser simples, Wolff não discute a doutrina escolástica da alma como causa formal do corpo vivo.

2.1 - A teoria do *influxo natural*

Wolff, no quinto capítulo da *Metafísica Alemã* (que corresponde à psicologia racional), logo após um breve preâmbulo sobre a questão da relação corpo-alma, inicia a discussão expondo a teoria que considera ser a mais antiga e mais naturalmente cogitada entre todas. Ele assim a apresenta:



Em geral se acredita que através da força do corpo são produzidos pensamentos na alma, e que mediante a força da alma são produzidos movimentos no corpo. De fato, imagina-se que, se através dos entes corpóreos que entram em contato com os órgãos de nossos sentidos é provocado um movimento nos nervos e na matéria fluida que se encontra dentro deles, esta matéria sutil produzirá com seu movimento os pensamentos da alma que chamamos de sensações (§ 220) e, com isso, nos representamos os corpos que se encontram fora de nós que causam a mudança nos órgãos dos sentidos (§ 749). Acredita-se igualmente, por outro lado, que a alma produz através de sua força, isto é, mediante sua vontade, certos movimentos nos órgãos do corpo com os quais este executa aquilo que ela deseja. De fato, alguns atribuem à alma inclusive uma força oculta para mover o corpo. E esta opinião, que tem o homem comum, já esteve em voga durante muito tempo entre os filósofos, apesar de poucos a sustentarem hoje em dia. Mas este efeito da alma sobre o corpo e do corpo sobre a alma tem sido chamado de *influxo natural* de uma coisa sobre outra, e tem sido afirmado, por isso, que a comunidade do corpo com a alma se baseia em um influxo natural de uma coisa sobre a outra (Wolff, 1720/1983, pp. 471-472, grifo no original).

Wolff não faz menção direta à origem da teoria, não discutindo, portanto, eventuais diferenças conceituais entre a tradição que a aceita e a sua própria. Assim, apropriando-se da teoria dentro de seu próprio sistema conceitual, e seguindo o posicionamento já defendido no nível empírico da relação corpo-alma, segundo o qual não há na experiência qualquer evidência de uma relação causal entre as mudanças da alma e do corpo (Wolff, 1720/1983, pp. 323-324), Wolff a coloca em questão, em função dessa ausência de fundamento. Na medida em que tampouco pelos conceitos de alma e de corpo se pode explicar a possível ação da alma sobre o corpo e do corpo sobre a alma, Wolff admite então haver razões suficientes para não aceitar a teoria. Contudo, há ainda um segundo passo, que consiste em rechaçá-la por completo:

Recordei anteriormente que, segundo as regras do movimento nas quais se fundamenta a ordem da natureza, conserva-se sempre no universo a mesma força motriz (§ 709). Se o corpo atua sobre a alma e a alma sobre o corpo, então não se pode conservar no universo a mesma força motriz. Pois, se a alma atua sobre o corpo, ela produz um movimento sem um movimento precedente, dado que se supõe que a alma produz o movimento no corpo exclusivamente mediante sua vontade. (...) Surge então uma nova força que não existia previamente no universo. E aumenta, portanto, contra a lei da natureza, a força no universo. Do mesmo modo, se o corpo atua sobre a alma (...) Como a ação recíproca entre ambos é contrária à natureza (§ 11), tem-se razão suficiente para rechaçá-la: pois não parece concebível que Deus tenha construído a natureza sobre fundamentos contraditórios. E, quem pretende dizer que uma força corpórea passaria do corpo à alma para transformar-se ali em espiritual e,



por sua vez, uma força espiritual entraria da alma no corpo para converter-se ali em corpórea? (Wolff, 1720/1983, pp. 473-475, grifo no original).

Como é possível perceber, a teoria do influxo natural não preenche os critérios de aceitação de uma hipótese. Por um lado, apesar de não contradizer a experiência, ela não encontra ali qualquer sustento e, por outro, contraria princípios estabelecidos, como a lei da conservação das forças e a exigência de que tanto a alma quanto o corpo atuem exclusivamente mediante sua força. No prólogo à segunda edição da *Metafísica Alemã*, Wolff faz ainda outra observação que fornece uma razão (se bem que em outro nível epistêmico) para a não aceitação desta teoria: na medida em que a alma se vê determinada pelas mudanças do corpo, não podendo executar nada mediante sua força, não pode dar-se ali a sua imortalidade e, segundo Wolff (1720/1983), "uma tese com a qual não pode coexistir a imortalidade da alma é, no entanto, altamente perigosa, já que com ela cai por terra o mais importante de nossa religião" (p. LXXXIII). A teoria é, assim, rechaçada.

2.2 - A teoria da *intervenção imediata de Deus*

A teoria da intervenção divina teria como intenção solucionar as deficiências da anterior. Wolff a relaciona diretamente com Descartes, apresentando-a da seguinte maneira:

Descartes foi o primeiro que tentou explicar de outro modo como o corpo e a alma podem se relacionar. Tendo perdido todas as esperanças de encontrar uma explicação inteligível para esta relação, ele supôs que em tais casos, em que a essência e natureza das coisas não bastam para explicar algo, seria possível buscar imediatamente a causa na vontade de *Deus*. Foi por isso que ele chegou à idéia de que nem o corpo pode produzir através de seus movimentos as sensações da alma, nem esta, movimentos no corpo em virtude de sua vontade, mas que *Deus* sim produziria pensamentos na alma por ocasião dos movimentos do corpo e, por sua vez, movimentos no corpo por ocasião da alma e sua vontade, formulando uma lei segundo a qual sempre que a matéria sutil dos nervos se move no cérebro de certo modo, por efeito de corpos externos sobre os órgãos dos sentidos, surgirá na alma também uma sensação e, reciprocamente, sempre que a alma deseje que certos órgãos do corpo se movam, terá lugar este movimento. (...) Deste modo, a alma não é propriamente a causa dos movimentos do corpo, mas se limita a dar ocasião para isso, da mesma forma que o corpo não é propriamente causa das sensações da alma, mas também se limita a dar ocasião para isso: *Deus* é quem efetua tudo em ambos os casos (Wolff, 1720/1983, pp. 475-476, grifo no original).

Apesar desta teoria aparentemente não apresentar os problemas encontrados na idéia do influxo natural, Wolff detecta outro obstáculo à sua aceitação:

Se *Deus*, através de sua força imediata, produz os movimentos dos corpos e os pensamentos da alma, e se a força própria do corpo e da alma é retirada, então as ações do corpo e da alma não são suficientemente distinguidas da ação de *Deus*, assim como a natureza do mundo e da alma tampouco se distingue da natureza de *Deus*. E como é milagre o que não se fundamenta na essência da alma e do corpo (§ 633 e



759), seriam então necessários milagres contínuos para que o corpo se comunicasse com a alma. Quando se investiga a questão com exatidão, torna-se evidente que a opinião de *Descartes* não contraria menos as leis do movimento que a teoria do influxo natural. É bem verdade que *Descartes* supõe que a matéria fluida sutil do cérebro se encontra em perpétuo movimento e que *Deus* só muda, portanto, sua direção, por amor à alma. Deste modo não se produz força nova alguma, e não se faz por isso nenhuma violência à lei da natureza, que pretende conservar em todo momento a mesma força. No entanto, com a direção ocorre exatamente o mesmo que com a força (Wolff, 1720/1983, pp. 476-477, grifo no original).

Nota-se, assim, que a teoria da intervenção imediata de Deus não resolve a contradição da teoria precedente no que diz respeito à sua adequação às leis da natureza, pois o mesmo problema que antes se referia à conservação das forças desloca-se agora para a conservação da direção das forças. Além disso, ao lançar mão da vontade de Deus para a explicação da sintonia entre corpo e alma, ela não satisfaz a exigência de que as razões sejam dadas a partir das próprias naturezas do corpo e da alma, implicando a necessidade de contínuos milagres para a ocorrência dos fatos. Nesse caso, a teoria contraria princípios estabelecidos e deve, portanto, ser igualmente rechaçada.

2.3 - A teoria da harmonia pré-estabelecida

A última teoria considerada por Wolff é a da harmonia pré-estabelecida, que ele assim expõe:

Como a alma possui sua própria força, mediante a qual se representa o mundo (§ 753) e, por outro lado, também todas as mudanças naturais do corpo estão fundadas na essência e natureza deste (§ 630), entende-se facilmente que a alma realiza sua atividade por si mesma e de igual modo o corpo tem suas mudanças por si mesmo, sem que a alma atue no corpo nem o corpo na alma ou intervenha *Deus* com sua ação imediata. Simplesmente estão sintonizadas as sensações e os desejos da alma com as mudanças e os movimentos do corpo. E deste modo chegamos à explicação que deu o senhor *von Leibniz* da comunidade entre corpo e alma, que ele chama de *harmonia* ou *sintonia pré-estabelecida* (Wolff, 1720/1983, pp. 478-479, grifo no original).

Apresentada a concepção geral, é necessário demonstrar como é possível esta harmonia, sem que se apele simplesmente para a vontade Deus, voltando assim aos problemas da teoria anterior. Wolff explica da seguinte forma:

Deve-se notar que as mudanças do mundo se sucedem todas em uma ordem irreversível (§ 544), e como na alma, do mesmo modo, o estado precedente deve encerrar em si o fundamento do consequente (§ 108 e 742), também as sensações da alma se sucedem em uma ordem irreversível. Ora, como as sensações representam as mudanças do mundo (§ 749), só é necessário então que no início elas sejam postas uma vez em harmonia, após o que esta pode continuar de forma incessante, tal como assinalou em seu momento



o senhor *von Leibniz* (Wolff, 1720/1983, p. 480, grifo no original).

Vê-se, com base na passagem acima, que a harmonia carece de uma determinação inicial, após a qual ela dar-se-ia naturalmente de acordo com o fluxo próprio dos fenômenos. Com base nisso, Wolff infere a necessidade da existência e da ação inicial de Deus:

Não pode haver então harmonia alguma entre alma e corpo onde não haja um ser racional e diferente do mundo que os coordene. E disso se segue, portanto, de maneira irrefutável, que há um criador do mundo e da natureza, isto é, um *Deus* (Wolff, 1720/1983, p. 481, grifo no original).

Apesar da ação necessária de Deus, notamos que Ele desempenha aqui um papel significativamente diferente em relação à teoria anterior, pois Sua ação coordenadora se dá somente no momento da criação, após o qual tudo ocorre de acordo com a natureza. A teoria tem como consequência que, na medida em que as esferas são absolutamente distintas e nada contribuem uma à outra, todos os movimentos do corpo ocorreriam do mesmo modo ainda que não houvesse alma alguma, assim como todos os pensamentos da alma igualmente ocorreriam mesmo se não existissem entes corpóreos externos a ela (Wolff, 1720/1983, pp. 483-486). Esta consequência lógica acaba gerando, no entanto, dificuldades para a própria teoria: em primeiro lugar, se tudo ocorre segundo as naturezas independentes do corpo e da alma, então deveria ser possível dizer que uma máquina pode conhecer verdades universais, pois o corpo fala racionalmente; em segundo lugar, a teoria implica a limitação da liberdade, pois as mudanças no corpo não dependem da alma.

Wolff procura se livrar de ambos os obstáculos. Para ele, o conhecimento universal se inicia com a discriminação das coisas, com a identificação de suas semelhanças e diferenças, que conduz aos conceitos universais como as noções de gênero e espécie. Nesse caso, nomeamos com as mesmas palavras as coisas semelhantes, que pertencem ao mesmo gênero ou à mesma espécie. Assim, são as palavras os meios pelos quais alcançamos o conhecimento universal e, na medida em que as palavras consistem em sons que podem ser distinguidos pelo ouvido, estas podem ser representadas no corpo mediante movimentos no ouvido e no cérebro, o que explica tanto a representação do conhecimento universal no corpo, isto é, a sintonização dos movimentos do corpo com as representações correspondentes ao conhecimento universal na alma, quanto a possibilidade deste falar racionalmente, dado que a um movimento seguem-se outros fundamentados neste (Wolff, 1720/1983, pp. 515-518).

Resta ainda o esclarecimento acerca da questão da liberdade da alma. Segundo Wolff (1970/1983), na medida em que a alma, na harmonia pré-estabelecida, está livre de toda coação externa, pois se fundamenta em si mesma e, ainda mais, de toda coação interna, pois comprehende todos os seus motivos e ações que não são senão contingentes e evitáveis, possui ela aqui a maior liberdade que se pode pensar (pp. 547-548).

Vemos, pois, como Wolff se esforça para demonstrar que a harmonia pré-estabelecida encontra-se em acordo com seus critérios para aceitação de teorias ou hipóteses filosóficas. Primeiramente, ela não contraria a experiência, pois não apela para forças ocultas, tampouco para milagres. Quanto a estes últimos, École (1969) comenta que poder-se-ia interpretar a ação coordenadora de Deus na criação como um milagre, mas que, ainda assim, tratar-se-ia somente de um milagre primogênito, e não de um milagre perpétuo, como na intervenção imediata de Deus. Segue-se que, além de corresponder à experiência, a teoria recorre somente à natureza da alma e do corpo, encontrando ali todas as razões, sem contrariar qualquer princípio estabelecido. Wolff conclui assim a plena probabilidade da teoria, e estabelece sua aceitação em detrimento das demais. Esta aceitação, como veremos a seguir, esconde uma série de relações da teoria com o sistema wolffiano.



3 - A harmonia pré-estabelecida no sistema de Wolff

Diferentemente do que parecem defender alguns comentadores (e.g., Blackwell, 1961; Corr, 1975; École, 1969; Ruiz, 2000), Wolff não abandona as teorias do influxo natural e da intervenção imediata de Deus em função de suas baixas probabilidades como hipóteses. Na realidade, vimos que em sua avaliação ele não se limita a pô-las em dúvida, determinando seu grau de probabilidade, mas busca rechaçá-las por completo. Neste esforço, a harmonia pré-estabelecida resiste a todos os testes aos quais as demais teorias foram submetidas e por eles rechaçadas. Neste sentido, não nos parece que Wolff tenha simplesmente admitido a menos improvável das verdades provisórias para seu sistema. Parece-nos haver ali, de fato, uma defesa da harmonia pré-estabelecida contra as demais teorias, em função de sua concordância com o sistema wolffiano, isto é, por ser ela uma parte relevante deste. Para sustentar esta interpretação, destacamos, primeiramente, uma declaração de Wolff no *Prólogo à primeira edição da Metafísica Alemã*:

Incialmente, eu tinha a intenção de deixar sem resposta alguma a questão da relação do corpo com a alma e da alma com o corpo. No entanto, uma vez que me vi conduzido inesperadamente e de um modo completamente natural, mediante as razões expostas no segundo capítulo [psicologia empírica], à harmonia pré-estabelecida do senhor von Leibniz, também eu a mantive e projetei sobre ela mais luz do que jamais possuiu esta engenhosa criação (Wolff, 1720/1983, p. LVII, grifo no original).

Esta passagem revela o quanto a teoria harmoniza com o pensamento wolffiano, surgindo naturalmente como uma parte do sistema. No *Prólogo à segunda edição* dessa mesma obra, Wolff (1720/1983) faz um comentário ainda mais revelador:

Tem-se a impressão, no entanto, de que tudo o que se deduz no capítulo quinto sobre os atributos e ações da alma, a partir de sua própria natureza e essência, não seria outra coisa que uma explicação da harmonia pré-estabelecida entre alma e corpo (p. 66).

Ainda sustentando nossa interpretação, notamos que, apesar de seu cuidado em limitá-la à relação corpo-alma, Wolff utiliza a harmonia pré-estabelecida em sua teologia, se não como fundamento para os princípios teológicos, ao menos como critério de verificação destes. Neste contexto, Wolff afirma que a escolha de Deus pela harmonia pré-estabelecida no lugar das intervenções imediatas é a maior evidência de Sua onisciência e onipotência (Wolff, 1720/1983, pp. 645-646). Além disso, como observamos anteriormente, a harmonia pré-estabelecida fundamenta no sistema wolffiano tanto a possibilidade da liberdade da alma quanto de sua imortalidade (prejudicada na teoria do *influxo natural*), sustentando um dos mais importantes alicerces da religião e da moral. De fato, uma reflexão mais cuidadosa revela que a própria autonomia da psicologia é garantida pela teoria, na medida em que garante a independência de seu objeto e método em relação ao objeto e método da física. Sugerimos, assim, que a aceitação da harmonia pré-estabelecida possui motivos mais profundos do que afirmaram tanto a literatura secundária, quanto o próprio Wolff. Acreditamos, portanto, que, ainda que limitada ao nível das hipóteses filosóficas, a harmonia pré-estabelecida não desempenha um papel secundário e substituível na psicologia e no sistema em geral de Wolff, mas é sim um de seus pontos-chave.

É possível observar ainda que, devido precisamente a seu caráter hipotético, a teoria apresenta certos problemas. Por exemplo, ao atentarmos para a definição formal de alma apresentada acima, segundo a qual a sua essência/natureza consiste em sua força de “representar-se o mundo segundo a posição de seu corpo no mesmo” (Wolff, 1720/1983, p. 468), notamos que a relação entre corpo e alma está ali necessariamente sugerida, isto é, a força representativa da alma está relacionada à posição ocupada pelo corpo no



mundo. Desta observação pode-se extrair naturalmente a questão: mas em que medida, então, pode-se afirmar a independência da alma em relação ao corpo, defendida por Wolff, se em sua própria essência está dada uma dependência do corpo? É interessante notar que Wolff não dedica a esta questão nenhuma discussão pormenorizada, da mesma forma com que fez em relação à possibilidade da representação do conhecimento universal no corpo. Sendo assim, na medida em que a definição da essência da alma aponta, ainda que de forma confusa, para uma relação da alma com o corpo – e esta, por sua vez, está limitada a explicações hipotéticas –, é projetado sobre a definição da essência da alma, por necessidade, um grau de incerteza. Assim, uma vez que toda a psicologia racional tem como fundamento básico aquela definição, toda ela herda, por consequência, este mesmo grau de incerteza.

Por fim, de forma semelhante, devemos notar que toda a metafísica wolffiana inicia com um conhecimento de caráter psicológico: a consciência de que somos. Wolff afirma, na primeira linha de sua *Metafísica Alemã*, que “ninguém que não esteja privado completamente de seus sentidos pode duvidar de que somos conscientes de nós mesmos e de outras coisas” (Wolff, 1720/1983, p. 1). A negação dessa proposição constitui sua afirmação, por necessidade lógica. Este conhecimento é a evidência de nossa existência, pois aquilo que é consciente de si e de outras coisas, é (existe) (p. 4). Em sequência, Wolff (1720/1983) apresenta a definição nominal de alma, segundo a qual ela é “aquela coisa que é consciente de si mesma e de outras coisas fora dela na medida em que somos conscientes de nós e de outras coisas fora de nós” (p. 107). Assim, todo o conhecimento da experiência pressupõe esta evidência de que somos conscientes de nós e de outras coisas fora de nós, e que é a alma o fundamento deste fato. Acompanhando Blackwell (1961), notamos que a proposição que define nominalmente a alma determina que, além da autoconsciência, temos consciência direta dos objetos fora de nós. Contudo, na medida em que a consciência dos objetos ocorre através da nossa experiência sensível dos corpos, a compreensão deste fato depende da compreensão da relação corpo-alma, a qual permanece no nível das hipóteses filosóficas. Nota-se, assim, que parece surgir um grau de incerteza mesmo no nível mais básico de conhecimento, ou seja, o empírico. Isto implica um significativo comprometimento na base do sistema wolffiano e, consequentemente, do sistema como um todo.

4 - Conclusão

As análises acima nos permitem notar o grau de complexidade relativo ao problema da relação corpo-alma no sistema wolffiano. De forma alguma tivemos a intenção de esgotar o debate, mas tão somente de fornecer alguns subsídios para uma maior compreensão do problema. Sugerimos, portanto, a necessidade de maiores investigações que busquem um aprofundamento da discussão da relação corpo-alma no sistema de Wolff, em seus desdobramentos e suas repercussões na história da psicologia e da filosofia.

Pensamos ter alcançado, neste ponto, o que havíamos proposto ao início do trabalho. Acreditamos ter sugerido em nossa apresentação a relevância da discussão sobre a relação entre alma e corpo para o campo da psicologia, assim como demonstrado a importância do século XVIII para a historiografia da psicologia. Na mesma medida, cremos ter indicado, ainda que parcialmente, a riqueza do pensamento de Wolff e sua importância para o desenvolvimento histórico da psicologia. Estamos cientes, porém, de que nosso esforço representa apenas um passo inicial em direção ao preenchimento de uma lacuna historiográfica e epistemológica na psicologia nos países de língua portuguesa.

Referências

Araujo, S. F. (no prelo). O lugar de Christian Wolff na história da psicologia. *Universitas Psychologica*.



- Blackwell, R. J. (1961). Christian Wolff's doctrine of the soul. *Journal of the History of Ideas*, 22 (3), 339-354.
- Blackwell, R. J. (1963). Introduction. Em C. Wolff. *Preliminary discourse on philosophy in general* (pp. VII-XIV). New York: Bobbs-Merrill.
- Boring, E. (1950). *A history of experimental psychology* (2^a ed.). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1929).
- Brett, G. S. (1963). *Historia de la psicología*. Buenos Aires: Paidós.
- Corr, C. A. (1975). Christian Wolff's distinction between empirical and rational psychology. *Studia Leibnitiana Supplementa*, 14, 195-215.
- École, J. (1966). Des rapports de l'expérience et de la raison dans l'analyse de l'âme ou la "Psychologia empirica" de Christian Wolff. *Giornale di Metafisica*, 21, 79-111.
- École, J. (1969). De la nature de l'âme, de la déduction de ses facultes, de ses rapports avec Le corps, ou la "psychologia rationalis" de Christian Wolff. *Giornale di Metafisica*, 24, 499-531.
- Goodwin, C. J. (2005). *História da psicologia moderna* (M. Rosas, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 2004).
- Goubet, J.-F. (2003). Psychologie et métaphysique: autour de Christian Wolff. *Revue philosophique de la France et de l'étranger*, 128 (3), 275-277.
- Hothsall, D. (2006). *História da psicologia* (4^a ed.). (E. Pepe & E. Fittipaldi, Trad.). São Paulo: McGraw-Hill. (Original publicado em 1984).
- Klemm, O. (1919). *Historia de la psicología*. Madrid: Daniel Jorro.
- Mueller, F. (1978). *História da psicologia: da antiguidade aos dias de hoje* (2^a ed.). (Atualidades Pedagógicas, 89). (A. O. Aguiar, J. B. D. Penna, L. L. Oliveira & M. A. Blandy, Trad.). São Paulo: Companhia Editora Nacional. (Original publicado em 1976).
- Reuchlin, M. (1959). *História da psicologia* (B. Prado Jr., Trad.). São Paulo: Difusão Européia do Livro. (Original publicado em 1957).
- Richards, R. J. (1980). Christian Wolff's prolegomena to empirical and rational psychology: translation and commentary. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 124 (3), 227-239.
- Ruiz, A. G. (2000). Presentación. Em C. Wolff. *Pensamientos racionales acerca de Dios, el mundo y el alma del hombre, así como sobre todas las cosas en general (Metafísica Alemana)* (pp. 7-31). Madrid: Akal.
- Schultz, D. & Schultz, S. (2009). *História da psicologia moderna* (S. S. M. Cuccio, Trad.). São Paulo: Cengage Learning. (Original publicado em 2008).
- Schwaiger, C. (2000). Christian Wolff: a figura central do iluminismo alemão. Em L. Kreimendahl (Org.). *Filósofos do século XVIII: uma introdução* (pp. 65-88). São Leopoldo, RS: Unisinos.



Araujo, S. F. & Pereira, T. C. R. (2010). A relação corpo-alma na *Metafísica Alemã* (1720) de 114 Christian Wolff. *Memorandum*, 19, 101-114. Retirado em / / , da World Wide Web <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a19/araujopereira01>

Vidal, F. (2000). La psychologie empirique et son historicisation pendant l'aufklärung. *Revue d'histoire des sciences humaines*, 2, 29-55.

Vidal, F. (2005). "A mais útil de todas as ciências": configurações da psicologia desde o Renascimento tardio até o fim do Iluminismo. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal (Orgs.). *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 47-73). Rio de Janeiro: Nau.

Wertheimer, M. (1977). *Pequena história da psicologia* (3ª ed.). (L. L. Oliveira, Trad.). São Paulo: Campanha Editorial Nacional. (Original publicado em 1970).

Wolff, C. (1983). Vernünftige Gedancken von Gott, der Welt, der Seele des Menschen, auch allen Dingen überhaupt. Em J. École et. al. *Christian Wolffs Gesammelte Werke, I. Abteilung, Band 2*. Hildesheim, Deutschland: Olms. (Original publicado em 1720).

Wolff, C. (2006). *Einleitende Abhandlung über Philosophie im allgemeinen. Übersetzt, eingeleitet und herausgegeben von Günter Gawlick und Lothar Kreimendahl*. Stuttgart/Bad Cannstatt, Deutschland: Frommann-Holzboog. (Original publicado em 1728).

Notas

(1) Os autores agradecem a Pró-reitoria de Pesquisa da UFJF e a FAPEMIG pelo financiamento do projeto de pesquisa.

Nota sobre os autores

Saulo de Freitas Araujo é professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFJF. Contato: saulo.araujo@ufjf.edu.br

Thiago Constâncio Ribeiro Pereira é atualmente discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contato: thiagocrpereira@gmail.com

Endereço para contato: Caixa Postal 611, Juiz de Fora-MG, Brasil, C.E.P.: 36001-970.
Endereços eletrônicos.

Data de recebimento: 16/07/2010
Data de aceite: 25/10/2010